

Ata n.º 2**Procedimento concursal comum de recrutamento para o preenchimento de um posto de trabalho da carreira/categoria de assistente técnico, conforme caracterização no mapa de pessoal da Direção Regional de Agricultura e Pescas de Lisboa e Vale do Tejo, na Divisão de Comunicação e Sistemas de Informação (DCSI), na modalidade de relação jurídica de emprego público por tempo indeterminado**

Aos 28 dias do mês de abril de dois mil e vinte e três, por videoconferência, reuniu o júri designado por despacho do Diretor Regional de Agricultura e Pescas de Lisboa e Vale do Tejo, datado de 7 de fevereiro de 2023, dando seguimento aos trabalhos relativos ao procedimento concursal comum para o preenchimento de um posto de trabalho do mapa de pessoal da DRAPLVT, na carreira e categoria de assistente técnico, na modalidade de relação jurídica de emprego público por tempo indeterminado, restrito a trabalhadores detentores de um vínculo de emprego público por tempo indeterminado.

Tomaram parte nas presentes deliberações os seguintes elementos do júri:

Presidente: Luís Filipe da Silva Cid, Chefe de Divisão de Comunicação e Sistemas de Informação;

1.ª Vogal Efetiva: Cláudia Sofia de Andrade Leote, técnica superior na Divisão de Comunicação e Sistemas de Informação que substituirá o Presidente do júri nas suas faltas e impedimentos;

2.º Vogal Efetivo: Rui Manuel Gonçalves Paulo, técnico superior da Divisão de Planeamento e Gestão de Recursos Humanos (enquanto representante dos Recursos Humanos).

O Presidente do júri deu início à reunião, propondo a seguinte ordem de trabalhos, que foi aceite por unanimidade:

I. Análise das candidaturas**II. Deliberação sobre a admissão ou exclusão dos candidatos a concurso****III. Decisão sobre os métodos de seleção a aplicar****IV. Marcação da data dos métodos de seleção****V. Regras sobre o material de consulta a utilizar durante a prova****VI. Notificação aos candidatos****I. Análise das candidaturas**

1. O júri verificou que se apresentaram a concurso 12 candidatos a seguir identificados:

- Ana Catarina Franco Alves de Campos Lamelas
- Ana Margarida Barata Faustino Basílio
- Carla Isabel Braga Coelho
- Cátia Isabel Cristeta Rosalino
- Cristina de Jesus Basílio Barroso Camoez
- Frederico Salvado Pessoa e Costa
- Isabel Maria Dias Lopes Veiga
- Lídia Maria Abreu Vilaça
- Maria de Jesus Pereira Gomes Garcia
- Marta Sofia Rodrigues Francisco
- Patrícia Alexandre Guedes Ferreira Silva
- Ricardo Afonso

2. O júri procedeu à análise das candidaturas ao abrigo da legislação em vigor, nomeadamente dos artigos 34.º e 35.º da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas, abreviadamente designada por LTFP, aprovada pela Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, dos artigos 13.º e 15.º da Portaria n.º 233/2022, de 9 de setembro e da Oferta de Emprego OE202303/0467, publicitada na Bolsa de Emprego Público no dia 14 de março de 2023.

II. Deliberação sobre a admissão ou exclusão dos candidatos a concurso

1. Relativamente ao ponto n.º 2 da ordem de trabalhos o júri, depois de analisar os processos de candidatura, conjugados com a oferta de emprego e demais legislação, deliberou admitir ao presente procedimento os candidatos a seguir identificados:
 - Ana Catarina Franco Alves de Campos Lamelas
 - Ana Margarida Barata Faustino Basílio
 - Carla Isabel Braga Coelho
 - Cátia Isabel Cristeta Rosalino
 - Cristina de Jesus Basílio Barroso Camoez
 - Frederico Salvado Pessoa e Costa
 - Isabel Maria Dias Lopes Veiga
 - Lídia Maria Abreu Vilaça
 - Maria de Jesus Pereira Gomes Garcia
 - Patrícia Alexandre Guedes Ferreira Silva
2. O júri deliberou a intenção de excluir do presente procedimento os candidatos a seguir identificados, pelo motivo elencado:
 - Marta Sofia Rodrigues Francisco, por falta de vínculo de emprego público por tempo indeterminado;
 - Ricardo Afonso, por falta de entrega de documentos solicitados, nomeadamente, o formulário de candidatura e a declaração atualizada do serviço de origem.

III. Decisão sobre os métodos de seleção a aplicar

1. Dos candidatos admitidos ao presente procedimento concursal, e analisadas as respetivas candidaturas, verificou-se que não se encontram no desempenho de funções e atividades caracterizadoras do posto de trabalho em causa, os seguintes:
 - Ana Catarina Franco Alves de Campos Lamelas
 - Ana Margarida Barata Faustino Basílio
 - Cristina de Jesus Basílio Barroso Camoez
 - Frederico Salvado Pessoa e Costa
 - Lídia Maria Abreu Vilaça
 - Patrícia Alexandre Guedes Ferreira Silva

Para os candidatos identificados na lista acima, serão adotados como métodos de seleção, a Prova de Conhecimentos (PC) e a Entrevista de avaliação de competências (EAC), conforme detalhe da Oferta de Emprego com o Código: OE202303/0467.

2. Verificou-se ainda que se encontram no desempenho das funções e atividades caracterizadoras do posto de trabalho, as seguintes candidatas:
 - Carla Isabel Braga Coelho
 - Cátia Isabel Cristeta Rosalino
 - Isabel Maria Dias Lopes Veiga
 - Maria de Jesus Pereira Gomes Garcia

Conforme disposto na alínea a) do número 2 do artigo 36.º da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas e na Oferta de Emprego com o código OE202203/0467, aos candidatos identificados na lista acima, será aplicado como método de seleção a Avaliação Curricular (AC) e a Entrevista Profissional de Seleção (EPS).

3. Ainda nos termos do n.º 1 do artigo 19.º da Portaria n.º 233/2022, de 9 de setembro, os métodos de seleção podem ser de forma faseada. O júri decidiu que os métodos de seleção serão aplicados num único momento, por se considerar exequível a realização dos mesmos.

IV. Marcação da data dos métodos de seleção

O júri deliberou marcar os métodos de seleção para o dia 16 de maio de 2023, pelas 9H30 para a Prova de Conhecimentos (PC) e para a Avaliação Curricular (AC) e a partir das 12H00 para a Entrevista de avaliação de competências (EAC), nas instalações da DRAPLVT, na Quinta das Oliveiras, Estrada Nacional n.º 3, 2000-471 Santarém.

Nos termos dos números 3 e 4 do artigo 21.º da Portaria n.º 233/2022, de 9 de setembro, serão excluídos do procedimento os candidatos que tenham obtido uma valoração inferior a 9,5 valores num dos métodos de seleção.

Nestes termos, as Entrevistas de avaliação de competências (EAC), serão agendadas por ordem alfabética a partir das 12h00 do mesmo dia, apenas para os candidatos habilitados para este método de seleção.

Através da Divisão de Planeamento e Gestão de Recursos Humanos designar-se-ão dois elementos para supervisionar a referida prova de conhecimentos.

V. Regras sobre o material de consulta a utilizar durante a prova

O júri deliberou que não pode ser utilizado qualquer meio eletrónico durante a sua realização.

Desta decisão deve ser dado conhecimento aos candidatos aquando da notificação da data da prova e da entrevista.

VI. Notificações aos candidatos

Ao abrigo da alínea c) do número 1 do artigo 112.º do Código do Procedimento Administrativo (CPA) conjugado com a n.º 1 do artigo 6.º da Portaria n.º 233/2022, de 9 de setembro, na sua redação atual, deliberou o júri promover a notificação de todos os candidatos, através de correio eletrónico com recibo de entrega da notificação, informando da disponibilização da presente ata na página eletrónica da DRAPLVT.

Todas as deliberações desta reunião foram tomadas por unanimidade.

Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a reunião, da qual foi elaborada a presente ata que vai ser assinada por todos os membros do júri.

Presidente

Luís Filipe da Silva Cid

1ª Vogal Efetiva

Cláudia Sofia de Andrade Leote

2ª Vogal Efetivo

Rui Manuel Gonçalves Paulo